

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL

PARANAENSE

1 Ata da Décima Primeira Reunião Ordinária do Conselho de Desenvolvimento Territorial
2 Paranaense, realizada aos quatro dias do mês de novembro de hum mil novecentos e
3 oitenta e sete, conforme convocação enviada aos membros efetivos e natos do Conselho.
4 2- Aos quatro dias do mês de novembro de hum mil novecentos e oitenta e sete, às nove
5 horas na sala de reuniões da Federação dos Trabalhadores no Comércio do Estado do
6 Paraná, com endereço a Rua Marechal Hermes, 910, Curitiba- Paraná. Reuniram-se os
7 membros efetivos e natos do Conselho de Desenvolvimento Territorial do Litoral
8 Paranaense, sendo a Presidência dos trabalho exercidos pelo Secretário de Estado de
9 Desenvolvimento Urbano e do Meio Ambiente, Dr. Ary Veloso Queiroz. Como
10 membros natos compareceram os senhores: Dr. Ramar Teixeira Nogueira, Diretor Geral
11 da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral, Dr. Geraldo Luiz de
12 Souza, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Agricultura e do Abastecimento, Dr.
13 Renato Maister, Diretor Geral da Secretaria de Estado dos Transportes. Dr. Carlos César
14 Sales de Albuquerque Maranhão, Diretor Geral da Secretaria de Estado da Industria e do
15 Comércio; Prefeito Waldir Salmon, Prefeito Acir Braga, Prefeito Joubert Gonzaga
16 Vieira e Prefeito Mário Rock. Como membros efetivos compareceram os Senhores: Dr.
17 Roberto Ribas Lange, Dr. Cândido Gomes Chagas, DR. José Roque da Silva, Dr.
18 Guilherme Lindroth e Dr. Luciano Pizzatto. Como membros convidados compareceram
19 os senhores: Dra. Maria Luiza Piermatiri, Coordenadora do Patrimônio Cultural da
20 Secretaria de Estado da Cultura, Dr. Gilberto Coelho, Coordenador de Estudos
21 Territoriais da Secretaria de Estado do Planejamento e Coordenação Geral. 3-
22 Apreciação e votação das Atas da Quinta Reunião Extraordinária e Décima Reunião
23 Ordinária do Conselho: Dr. Ary Veloso Queiroz, colocou a palavra em aberto para
24 eventuais retificações as referidas Atas, como ninguém se manifestou, colocou em
25 votações, sendo as mesmas aprovadas por unanimidade dos Conselheiros Presentes. 4-
26 Ordem do Dia: A- Apresentação do Relatório do Dr. Luciano Pizzatto sobre o
27 Zoneamento do Litoral e Proposta de Ampliação das normas estabelecidas na AEIT do
28 Marumbi para toda a Área do Tombamento da Serra do Mar: Dr. Luciano Pizzatto
29 iniciou o seu relato expondo um breve histórico das atividades do Conselho do Litoral
30 desde a sua criação, citou a atuação dos demais Órgãos afetos à região como a CAT da
31 AEIT do Marumbi, o G.A.T. da APA de Guaraqueçaba, o CPHA, etc., que de certa
32 forma trazem uma superposição de competências na região, colocando ser necessário
33 existir apenas um órgão coordenador de todo esse processo, em seguida apresentou uma
34 série de dados anuais relativos à produção agrícola (7 produtos pesquisados), à
35 produção pecuária, as áreas liberadas para o desmate com fins agrícolas, às populações
36 rurais e urbanas, etc. Dados esses que demonstram em síntese um certo decréscimo da
37 atividade agrosilvopastoril do litoral, havendo portanto, a necessidade de um
38 aprofundamento maior das diversas variáveis que determinaram os resultados obtidos,
39 de forma a se obter um prognóstico seguro da situação. Apresentou também, dados
40 relativos a atividade de mineração no litoral, a qual é aprovada pelo DNPM e no seu
41 entender deveria também ser ouvido o Conselho do Litoral nestes casos , observou que o
42 zoneamento deverá ser um instrumento que venha a melhorar as condições de vida das
43 populações litorâneas, em seguida passou a expor mapas do Zoneamento proposto pelo
44 IPARDES, sendo que as normas de utilização das Unidades Ambientais apresentam-se
45 de forma subjetiva , propondo que fosse elaborado um trabalho de nível de

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL

PARANAENSE

46 Macrozoneamento e Microzoneamento a longo prazo para as Áreas mais críticas como
47 a Serra do Mar, Áreas Colúviais, etc. Ressaltando que somente as Unidades Ambientais
48 de Restingas e Planícies Aluviais que podiam ser utilizadas para agricultura, somam
49 cento e cinquenta mil hectares, propondo que o Macrozoneamento fosse delimitado em
50 três unidades: Áreas Verdes, Áreas Amarelas e Áreas Vermelhas e que o
51 Microzoneamento fosse elaborado para as Áreas Amarelas e Vermelhas. Ao final o Dr.
52 Luciano Pizzatto apresentou o seu voto, subdividindo-o em sete itens. 1º Tornasse
53 urgente e necessário a implementação do Zoneamento do Litoral, coordenado pelo
54 Conselho do Litoral. 2º O Zoneamento deve ser um instrumento acessível e
55 compreensível por toda a população. 3º Que o Zoneamento seja implementado aos dois
56 níveis propostos, Micro e Macrozoneamento. 4º Que o Conselho do Litoral seja o
57 órgão gerenciador e coordenador do Zoneamento. 5º Que seja feita uma reavaliação da
58 Mitologia de Controle do Litoral, visando determinar e corrigir as razões da
59 desestruturação da produção agrosilvopastoril. 6º Solicitar um modelo de projeto de
60 manejo sustentado para o Litoral que seja aceito pelos órgãos Estaduais e Federais. 7º
61 Realização de seminários de esclarecimento à população Litorânea sobre o zoneamento,
62 envolvendo todos os órgãos ligados a região. Dr. Ary Veloso Queiroz, sugere que a
63 cópia do relatório e voto apresentado seja encaminhado aos demais Conselheiros,
64 colocando que será necessário um amplo debate com todos os órgãos que atuam na
65 região e outros segmentos da sociedade envolvida de forma a se aprofundar os estudos e
66 propostas do Zoneamento. Dr. Roberto Ribas Lange posicionou-se de forma favorável
67 ao voto do Dr. Luciano Pizzatto, embora discordasse de alguns dados estatísticos
68 apresentados no relatório. Dr. Luciano Pizzatto esclareceu que os dados foram
69 levantados juntos aos órgãos Estaduais e Federais, e que a interpretação dos mesmos
70 deverá passar por uma ampla discussão e aprofundamento, com a presença desses órgãos
71 nas próximas reuniões do Conselho. Dr. Ary Veloso Queiroz, propõe que sejam feitos
72 seminários no Conselho do Litoral com espaço para apresentação de todos os órgãos
73 envolvidos, sendo tal proposta acatada pelos Conselheiros. Dr. Geraldo Luiz de Souza
74 procedeu explicações de variáveis que interagem no processo de produção
75 agrosilvopastoril, posicionando-se favoravelmente a realização de tais seminários, em
76 seguida houve um posicionamento unânime dos Prefeitos do Litoral no sentido de se
77 implementar as discussões e propostas em torno do zoneamento da região. Dr. Roberto
78 Ribas Lange, sugere que seja elaborada uma maquete sobre o zoneamento do Litoral, de
79 forma a facilitar o entendimento de tal proposta. Dr. Ary Veloso Queiroz sugeriu que o
80 Dr. Luciano Pizzatto, Dr. Geraldo Luiz de Souza e o Prefeito Waldir Salmon
81 elaborassem em conjunto a pauta da próxima reunião do Conselho, citando os órgãos
82 que estariam presentes para o debate sobre o zoneamento, bem como a data para
83 realização de tal Reunião Extraordinária. B- Assuntos da Secretaria Executiva: 1-
84 Proposta da Secretaria Executiva. Critérios para aprovação dos projetos de edificações.
85 Dr. Ricardo Schuessel, explicou que tal proposta visa agilizar os trabalhos da Secretaria
86 Executiva a qual deverá ser analisada pelos Conselheiros e aprovada em forma de
87 Resolução, numa próxima reunião do Conselho. 5- Assuntos Gerais: Dr. Guilherme
88 Lindroth, teceu comentários a respeito dos problemas de retração da Costa Marítima que
89 trazem e trarão prejuízos incalculáveis às edificações localizadas muito próximo da
90 região Costeira, solicitando que o artigo por ele traduzido seja encaminhado aos

SECRETARIA DE ESTADO DO PLANEJAMENTO

CONSELHO DE DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL DO LITORAL

PARANAENSE

91 Conselheiros e aos órgãos afetos ao problema para uma análise, e que na próxima
92 reunião pudesse debater o assunto com um maior detalhamento. Dr. Luciano Pizzatto,
93 teceu críticas ao Secretário Executivo à respeito de alguns processos que não passaram
94 pelas Comissões Permanentes e tiveram aprovação da Secretaria Executiva, citando o
95 caso de edificação na Praia Mansa de Caiobá, de propriedade da Empresa Mercado
96 Planejamento, onde as linhas de zoneamento cortam o terreno em diagonal, e que em
97 primeira instância a Comissão Permanente emitiu parecer que deveria se utilizar os
98 parâmetros da ZR de maior restrição, e posteriormente a Secretaria Executiva emitiu
99 parecer positivo a utilização dos parâmetros da ZR de menor restrição. Dr. Ary Veloso
100 Queiroz explanou sobre as atribuições da Secretaria Executiva e as questões técnicas que
101 envolvem o projeto em pauta, e que está se procurando dinamizar o fluxo dos projetos
102 na Secretaria Executiva, colocando-se favorável que tais processos venham à discussão
103 em reunião plenária, desde que os mesmos tenham a devida agilidade. Dr. Guilherme
104 Lindroth teceu comentários sobre o fluxograma que vinha sendo utilizada no trâmite dos
105 processos no Conselho. Dr. Ary Veloso Queiroz propôs a criação de uma comissão
106 composta pelo Dr. Luciano Pizzatto, o Dr. Cândido Gomes Chagas e o Dr. Guilherme
107 Lindroth, com a finalidade de estudar uma melhor forma de trâmite dos processos. Dr.
108 Ricardo Schussel esclareceu a respeito do referido processo, sendo que o mesmo obteve
109 pareceres técnicos favoráveis por parte da Famepar e até dos próprios técnicos que
110 elaboraram o Decreto nº 2.722/84. Dr. Ary Veloso Queiroz, colocou em votação a
111 manutenção do parecer positivo expedido pela Secretaria Executiva, sendo que por sete
112 votos a três e uma abstenção, o plenário opinou pela rejeição de tal parecer. Dr. Ary
113 Veloso Queiroz, ponderou que o processo deverá ser trazido à apreciação do Conselho
114 do Litoral. A seguir a Empresa Pontal do Sol que teve a sua obra embargada pelo
115 Conselho, através de seu advogado Dr. Mário Lobo, procedeu justificativa da
116 implantação da Industria Pesqueira no Pontal do Sul, esclarecendo sobre as consultas
117 feitas aos órgãos Estaduais e Federais, explanou sobre os aspectos jurídicos da legislação
118 Estadual vigente, sendo do seu entender que o referido projeto enquadra-se como
119 exceções previstas no Artigo 6º do Decreto 2.722/84 e que já existem indústrias
120 localizadas próximas e em igual situação ao empreendimento pretendido, para finalizar
121 expôs que existe em vigência legislação Municipal (Decreto 639/79), que estabelece na
122 região um Polo Industrial. Foram solicitados pelos Conselheiros várias explicações à
123 respeito do empreendimento. Dr. Ary Veloso Queiroz esclareceu que o referido processo
124 deverá ser distribuído aos Conselheiros para apreciação e posterior posicionamento em
125 reunião plenária do Conselho do Litoral. Dr. Roberto Ribas Lange, teceu comentários à
126 respeito das pesquisas de mineração que vem sendo feitas na Ilha do Superagui pela
127 MINEROPAR, foi de consenso geral convidar o Diretor Presidente da MINEROPAR
128 para trazer esclarecimento à respeito na próxima reunião do Conselho. 6 Em seguida, o
129 Dr. Ary Veloso Queiroz colocou a palavra em aberto, como ninguém fez uso da mesma,
130 deu-se por encerrado os trabalhos da Décima Primeira Reunião Ordinária do Conselho
131 de Desenvolvimento Territorial do Litoral Paranaense, e eu Ricardo Schussel, Secretário
132 Executivo, assino a presente Ata juntamente com o Presidente do Conselho, e submeto à
133 apreciação e votação por parte dos demais Conselheiros.